



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (TJAM)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)

ATA DA SESSÃO PÚBLICA
DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ (TJAM)
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

Aos 09/11/2015, às 12h15min, na sala da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAM), reuniram-se em sessão pública: a Presidente e os membros da CPL para a continuidade da Tomada de Preços nº 008/2015, advinda do Processo Administrativo nº 2014/30326, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma no prédio que abriga o Fórum da comarca de São Sebastião do Uatumã/AM, conforme especificações e condições estabelecidas no Projeto Básico do edital.**

Aberta a sessão, a Presidente da CPL saudou todos os licitantes presentes.

Apresentou-se à sessão a empresa abaixo relacionada:

<u>EMPRESA</u>	<u>CNPJ</u>
TRIFITY CONSTRUÇÕES LTDA ME/EPP	09.512.961/0001-50

Após a análise da CPL, da Divisão de Engenharia (DVENG) e da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação (DVTIC) acerca da documentação apresentada pelas empresas licitantes para fim de Habilitação, bem como após a promoção de diligências, verificou-se o que se segue:

<u>EMPRESA</u>	<u>Resultado da análise</u>
COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA	1. Na análise da documentação, observou-se que a certidão de regularidade fiscal estadual, exigida no item 8.1.2, alínea "c", do edital, encontra-se vencida. Entretanto, consoante a cláusula 10.18, realizou-se diligência junto ao <i>site</i> da Secretaria Estadual da Fazenda do Amapá – SEFAZ – e emitiu-se a certidão válida, <u>suprindo, assim, a exigência</u>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (TJAM)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)

	<p><u>editalícia;</u></p> <p>2. Na análise da documentação apresentada para fim de atendimento ao item 8.1.3 "d" - <i>comprovação de instalação de 38 (trinta e oito) pontos de cabeamento estruturado (dados e voz) UTP categoria 6</i> - a empresa licitante não comprovou o atendimento ao referido item. Desse modo, a DVTIC realizou diligências, junto à Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amapá (CIAMA), com o fito de verificar o atendimento da exigência. Após as diligências realizadas (fls. 1902-1903, 1917-1920 e 1971 do Proc. adm. nº. 2014/30326), não foi possível confirmar a instalação de 38 (trinta e oito) pontos de cabeamento estruturado (dados e voz) UTP categoria 6. Portanto, a DVTIC conclui pela inabilitação da empresa pelo não atendimento ao item 8.1.3 "d" do edital.</p>
TRIFITY CONSTRUÇÕES LTDA ME/EPP	<p>1. Na análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência da prova de Inscrição de Contribuinte Municipal. Entretanto, em análise à Certidão Negativa Municipal, verificou-se a indicação da inscrição municipal, qual seja: 12374501, <u>suprindo, assim, a exigência editalícia;</u></p> <p>2. Na análise da documentação apresentada para fim de atendimento ao item 8.1.3 "d" - <i>comprovação de instalação de 38 (trinta e oito) pontos de cabeamento estruturado (dados e voz) UTP categoria 6</i> - a empresa licitante não comprovou o atendimento ao referido item. Desse modo, a DVTIC realizou diligências, junto ao Centro de Educação Tecnológica do Amapá (CETAM), com o fito de verificar o atendimento da exigência. Após as diligências realizadas (fls. 1902-1903, 1917-1920 e 1971 do Proc. adm. nº. 2014/30326), foi possível confirmar a instalação de mais de 38 (trinta e oito) pontos de cabeamento estruturado (dados e voz) UTP categoria 6. Portanto, <u>a DVTIC conclui pelo atendimento ao item 8.1.3 "d" do edital.</u></p>

Finalizada a Etapa de Habilitação, conclui-se pela:

- **HABILITAÇÃO** da empresa **TRIFITY CONSTRUÇÕES LTDA ME/EPP**; e
- **INABILITAÇÃO** da empresa **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA.**

Ademais, consigna-se que, após diligências realizadas junto aos setores envolvidos no procedimento licitatório, acerca da existência de relação de parentesco entre os sócios de empresas licitantes participantes e os servidores lotados nos referidos setores, às fls. 1922-1954, verificou-se que uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (TJAM)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)

servidora lotada na Divisão de Engenharia possui relação de parentesco com sócios da empresa licitante
COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA.

Destarte, consoante o entendimento adotado por esta Corte (Despacho-ofício nº. 1.258/2015 - proc. adm. nº. 2014/22988, Despacho-ofício nº. 3.113/2015-GP/TJAM - proc. adm. nº. 2014/29507, e Despacho-ofício nº. 3.112/2015-GP/TJAM - proc. adm. nº. 2015/2194) e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), esta **CPL conclui pela impedimento da empresa COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA para participar desta licitação.**

Por conseguinte, verificou-se que havia empresas licitantes que não se encontram presentes à sessão pública.

Assim, em observância a legislação vigente, art. 109, I, "a", da Lei nº. 8.66/93 fica aberto o prazo para interposição de recurso administrativo.

Ressalta-se ainda que o resultado da Etapa de Habilitação, consignado nesta Ata, será devidamente publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e no site oficial do TJAM, endereço: www.tjam.jus.br, menu licitações.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão.

Mariúcia Araújo dos Santos
Presidente da CPL

Thaís Fernandes Machado
Secretária da CPL

Edivam de Lucena N. Júnior
Membro da CPL

Carlisman Nogueira de Sousa
Membro da CPL

Enihellen Nepomuceno Batanhe Freitas
Representante Legal da empresa TRIFITY
CONSTRUÇÕES LTDA ME/EPP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Avenida André Araújo, s/n, 10º andar – Aleixo – Edifício Arnaldo Péres
CEP: 69060-000 – Manaus – AM
Telefone/Fax: (092) 2129-6651 / 2129-6652
Email: presidencia@tjam.jus.br

PRESIDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2014/22988

REQUERENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

ASSUNTO: Licitação

DESPACHO - OFÍCIO Nº 1.258/ 2015

Trata-se de procedimento licitatório para a construção do Fórum Cível e Edifício Garagem da Comarca de Manaus, onde sagrou-se vencedora do certame a empresa COPEF Construção e Comercial Ltda.

Após a homologação do resultado, os autos foram encaminhando para a Divisão de Contratos do TJAM, onde constatou-se que um dos sócios da empresa vencedora da licitação possui grau de parentesco com funcionária deste Tribunal de Justiça, lotado no Setor de Engenharia e que participou ativamente do referido procedimento de licitação.

Nesse sentido, destaco que a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, assegura a igualdade de condições de todos os licitantes, bem como norteia o certame licitatório com base nos princípios da moralidade e isonomia, vedando o acesso à informações privilegiadas entre os concorrentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Avenida André Araújo, s/n, 10º andar – Aleixo – Edifício Arnaldo Péres
CEP: 69060-000 – Manaus – AM
Telefone/Fax: (092) 2129-6651 / 2129-6652
Email: presidencia@tjam.jus.br

Diante disso, há que se analisar a relação de parentesco entre a servidora Nélia Freitas Nogueira Vieira e o sócio da empresa vencedora Ricardo Freitas Nogueira Borges e sua possível influência nociva ao certame.

No caso em particular, a referida servidora e o vencedor da licitação são irmãos, conforme se atesta através da filiação nos documentos juntados às fls. 4.240/4.242, porém no documento de fls. 1.179 os sócios da COPEF Construções e Comercial Ltda. declaram não haver nenhum impedimento legal para participar do procedimento licitatório ou contratar com órgãos da Administração Pública.

Porém, na presente situação, o procedimento licitatório é destinado à construção de um Fórum Cível e Edifício Garagem nesta Capital, portanto, o Setor de Engenharia participou ativamente de várias etapas do procedimento licitatório, inclusive das fases iniciais, anteriores à divulgação do edital, assim como manifestou-se nos autos a respeito das propostas e das planilhas de construção, bem como fiscalizará a obra durante a edificação até sua conclusão.

Isto posto, há que se concluir que o citado vínculo de parentesco é efetivamente tendente a afetar a igualdade de condições entre os concorrentes e pode-se, inclusive, presumir que o fato de serem irmãos influiu no resultado final do certame.

Assim, entendo que deve ser reprimido qualquer ato tendente a afetar a igualdade de condições entre os concorrentes, bem como ferir os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Avenida André Araújo, s/n, 10º andar – Aleixo – Edifício Arnaldo Péres
CEP: 69060-000 – Manaus – AM
Telefone/Fax: (092) 2129-6651 / 2129-6652
Email: presidencia@tjam.jus.br

princípios da isonomia e da moralidade do procedimento licitatório.
Nesse sentido segue a orientação do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. RELACIONAMENTO AFETIVO ENTRE SÓCIA DA EMPRESA CONTRATADA E O PREFEITO DO MUNICÍPIO LICITANTE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO MÍNIMO PARA CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES. VIOLAÇÃO DO ART. 21, § 2º, DA LEI 8.666/93.

1. Procedimento licitatório (tomada de preços) realizado pelo Município de Resende Costa-MG, visando à contratação de empresa para a prestação de serviços com a finalidade de implantar programa de saúde familiar.
2. A principiologia do novel art. 37 da Constituição Federal, impõe a todos quantos integram os Poderes da República nas esferas compreendidas na Federação, obediência aos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência e publicidade.
3. O princípio da impessoalidade obsta que critérios subjetivos ou anti-isonômicos influam na escolha dos candidatos exercentes da prestação de serviços públicos, e assume grande relevância no processo licitatório, consoante o disposto no art. 37, XXI, da CF.
4. A ratio legis indicia que: "A lei configura uma espécie de impedimento, em acepção similar à do direito processual, à participação de determinadas pessoas na licitação. Considera um risco a existência de relações pessoais entre os sujeitos que definem o destino da licitação e o particular que licitará. (...) O vínculo do autor do projeto pode, inclusive, configurar-se de modo 'indireto', tal como previsto no § 3º. A regra legal é ampla e deve reputar-se como meramente exemplificativa. O texto chega a ser repetitivo, demonstrando a intenção de abarcar todas as hipóteses possíveis. Deve-se nortear a interpretação do dispositivo por um princípio fundamental; existindo vínculos entre o autor do projeto e uma empresa, que reduzam a independência daquele ou permitam uma situação privilegiada para essa, verifica-se o impedimento. Por isso, a vedação se aplicará mesmo quando se configurar outra hipótese não expressamente prevista. (Marçal Justen Filho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Avenida André Araújo, s/n, 10º andar – Aleixo – Edifício Arnaldo Pères
CEP: 69060-000 – Manaus – AM
Telefone/Fax: (092) 2129-6651 / 2129-6652
Email: presidencia@tjam.jus.br

Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo, Dialética, 2004, p. 124/126).

5. Consectariamente, a comprovação na instância ordinária do relacionamento afetivo público e notório entre a principal sócia da empresa contratada e o prefeito do município licitante, ao menos em tese, indica quebra da impessoalidade, ocasionando também a violação dos princípios da isonomia e da moralidade administrativa, e ao disposto nos arts. 3º e 9º da Lei de Licitações. Deveras, no campo da probidade administrativa no trata da coisa pública o princípio norteador é o do in dubio pro populo.

6. O § 2º, III, do art. 21 da Lei 8.666/93 estabelece o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para o recebimento das propostas na tomada de preços.

7. A finalidade do legislador ao estabelecer os prazos mínimos do art. 21, foi assegurar a publicidade da licitação para garantir a participação nesta de amplo número de interessados, assegurando, assim, a obediência ao princípio da competitividade, motivo pelo qual a inobservância do prazo de 15 (quinze) dias do art. 21, § 2º, III, da Lei de Licitações acarreta a invalidade do procedimento licitatório.

8. Ausência de prequestionamento dos arts. 27 e 30 da Lei de Licitações.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

(REsp 615.432/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2005, DJ 27/06/2005, p. 230)

Na hipótese dos autos, o grau de parentesco entre o sócio da empresa COPEF Construção e Comercial Ltda., Ricardo Freitas Nogueira Borges, e a funcionária do Setor de Engenharia do TJAM, Nélia Freitas Nogueira Vieira indica a quebra da impessoalidade, ocasionando também a violação dos princípios da isonomia e da moralidade administrativa, e ao disposto nos arts. 3º e 9º da Lei de Licitações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Avenida André Araújo, s/n, 10º andar – Aleixo – Edifício Arnaldo Pères

CEP: 69060-000 – Manaus – AM

Telefone/Fax: (092) 2129-6651 / 2129-6652

Email: presidencia@tjam.jus.br

Diante do exposto, chamo o processo à ordem para **anular o despacho de homologação que determinou seja convocada a empresa COPEF Construção e Comercial Ltda. para a assinatura do termo do contrato.**

Diante disso, declaro a empresa COPEF Construção e Comercial Ltda. inabilitada e considero desclassificada sua proposta.

Por fim, **determino que os autos sejam encaminhados ao Setor de Licitação, a fim de que proceda a adjudicação e homologação em favor da segunda colocada no certame, conforme a classificação constante da ata de fls. 4.022/4.024.**


Intime-se a empresa COPEF Construção e Comercial Ltda. na pessoa de seus sócios.

Extraiam-se cópias destes autos e encaminhe-se à Corregedoria-Geral de Justiça do TJAM, a fim de apurar a responsabilidade da servidora Nélia Freitas Nogueira Vieira, bem como seja enviada cópia dos autos ao Ministério Público do Estado para apurar a responsabilidade da empresa COPEF Construção e Comercial Ltda.

A cópia destes despacho serve como ofício

À Divisão de Expediente para providências.

Manaus, 08 de junho de 2015.


Desembargadora **MARIA DAS GRAÇAS PESSÔA FIGUEIREDO**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2014/029507

Requerente: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Assunto: Tomada de Preços n.º 009/2015

DESPACHO/OFÍCIO N.º 3113/2015- GP/TJAM

Retornam os autos a esta Presidência, tendo em vista Informação n.º 82/2015 (fls.2722/2726), advinda da Comissão Permanente de Licitação, que aponta possíveis impedimentos de firmas participantes da licitação em epígrafe, a qual cuida da contratação de empresa especializada na execução de obras de reforma no imóvel onde funciona o Fórum da Comarca de Barreirinha.

Compulsando os autos, vê-se que na data de 09/10/2015 iniciou-se o certame com um total de 11 (onze) empresas participantes, dentre elas, **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA e NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME.**

No que se refere à empresa **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA**, vale ressaltar que a mesma foi desclassificada de outro procedimento licitatório realizado por este Tribunal (Concorrência n.º 01/2015-TJAM), em razão da relação de parentesco entre dois de seus sócios e uma servidora lotada na Divisão de Engenharia.

Sobre a empresa **NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, quando de sua participação em outro certame promovido por este Órgão (Tomada de Preços n.º 07/2015), foi constatado que o Sr. Wellington Furtado Barros, um de seus então sócios participou da Concorrência n.º 01/2015, citada no item anterior, como representante legal da empresa **COPEF CONSTRUÇÕES.**

Finalmente, no que tange aos presentes autos (TP n. 09/2015), consoante análise da documentação acostada, a CPL verificou que o Sr. Wellington Furtado Barros retirou-se do quadro societário da **NEWSAN SERVIÇOS**, e compareceu apenas como representante legal da **COPEF CONSTRUÇÕES.** No entanto, verifica-se que sua saída da **NEWSAN SERVIÇOS** ocorreu em 07/10/2015,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ou seja, em data posterior ao Aviso de Licitação da TP n. 010/2015, publicado em 22/09/2015.

Instada a se manifestar, a Assessoria Administrativa e Jurídica da Presidência, por meio do Parecer n° 1110/2015 (fls.2728/2732) opinou pela desclassificação das empresas **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA e NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, vez que a permanência de qualquer uma delas na TP n° 09/2015, põe em risco a lisura no certame.

É o breve relatório.

Compulsando as informações trazidas pela CPL, resta claramente demonstrado que a empresa **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA** está impedida de licitar, isso porque, em consulta ao PA n° 2015/23314, verifica-se que a servidora Nélia Freitas Nogueira Vieira declarou possuir relação de parentesco com Sr. Paulo César Vitalino da Silva e com o Sr. Ricardo Freitas Nogueira Borges, ambos sócios da empresa acima citada.

Ademais foi essa a razão utilizada pelo Despacho-Ofício n° 1.258/2015 (PA n° 2014/22988) para inabilitar a empresa na Concorrência n° 01/2015, e, obviamente, é razão suficiente para a exclusão da mesma na TP n° 010/2015, ora examinada.

Acerca do possível impedimento da empresa **NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, vê-se que, como mencionado anteriormente, a exclusão do sócio Wellington Furtado Barros ocorreu em data posterior à publicação do Aviso de Licitação da TP 09/2015. Dessa forma em determinado momento após o início do certame, o mesmo figurou como sócio de uma das empresas e como representante de outra, ambas participantes da mesma licitação.

Assim, parece bastante razoável presumir que o Sr. Wellington Furtado Barros possuía informações privilegiadas das propostas das duas licitantes, o que, no mínimo, torna suspeita a licitação, afrontado ainda os Princípios da moralidade, igualdade e isonomia das licitações, esculpidos no



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

art.37, XXI da CF/88 e art.3º, caput da Lei nº 8.666/93, o que justifica por si só a desclassificação da empresa **NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**.

Diante do exposto, acolho na íntegra Parecer nº 1110/2015 (fls.2728/2732) para determinar a desclassificação das empresas **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA e NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, da Tomada de Preços nº 09/2015, pelas razões acima aduzidas.

À Comissão Permanente de Licitação para as providências subseqüentes.

Manaus/AM, 05 de novembro de 2015.

Desembargadora **MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO**

Presidente do TJ/AM



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRESIDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2015/002194

Requerente: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Assunto: Tomada de Preços n.º 010/2015

DESPACHO/OFÍCIO N.º 3112/2015- GP/TJAM

Retornam os autos a esta Presidência, tendo em vista Informação n.º 85/2015 (fls.991/995), advinda da Comissão Permanente de Licitação, que aponta possíveis impedimentos de firmas participantes da licitação em epígrafe, a qual cuida da contratação de empresa especializada na execução de obras de reforma no imóvel onde funciona o Fórum da Comarca de Parintins.

Compulsando os autos, vê-se que na data de 13/10/2015 iniciou-se o certame com um total de 08 (oito) empresas participantes, dentre elas, **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA e NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME.**

No que se refere à empresa **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA**, vale ressaltar que a mesma foi desclassificada de outro procedimento licitatório realizado por este Tribunal (Concorrência n.º 01/2015-TJAM), em razão da relação de parentesco entre dois de seus sócios e uma servidora lotada na Divisão de Engenharia.

Sobre a empresa **NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, quando de sua participação em outro certame promovido por este Órgão (Tomada de Preços n.º 07/2015), foi constatado que o Sr. Wellington Furtado Barros, um de seus então sócios participou da Concorrência n.º 01/2015, citada no item anterior, como representante legal da empresa **COPEF CONSTRUÇÕES**.

Finalmente, no que tange aos presentes autos (TP n. 010/2015), consoante análise da documentação acostada, a CPL verificou que o Sr. Wellington Furtado Barros retirou-se do quadro societário da **NEWSAN SERVIÇOS**, e compareceu apenas como representante legal da **COPEF CONSTRUÇÕES**. No entanto, verifica-se



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

que sua saída da NEWSAN SERVIÇOS ocorreu em 07/10/2015, ou seja, em data posterior ao Aviso de Licitação da TP n. 010/2015, publicado em 22/09/2015.

Instada a se manifestar, a Assessoria Administrativa e Jurídica da Presidência, por meio do Parecer n° 1111/2015 (fls.998/1002) opinou pela desclassificação das empresas **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA e NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, vez que a permanência de qualquer uma delas na TP n° 10/2015, põe em risco a lisura no certame.

É o breve relatório.

Compulsando as informações trazidas pela CPL, resta claramente demonstrado que a empresa **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA** está impedida de licitar, isso porque, em consulta ao PA n° 2015/23314, verifica-se que a servidora Nélia Freitas Nogueira Vieira declarou possuir relação de parentesco com Sr. Paulo César Vitalino da Silva e com o Sr. Ricardo Freitas Nogueira Borges, ambos sócios da empresa acima citada.

Ademais foi essa a razão utilizada pelo Despacho-Ofício n° 1.258/2015 (PA n° 2014/22988) para inabilitar a empresa na Concorrência n° 01/2015, e, obviamente, é razão suficiente para a exclusão da mesma na TP n° 010/2015, ora examinada.

Acerca do possível impedimento da empresa **NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, vê-se que, como mencionado anteriormente, a exclusão do sócio Wellington Furtado Barros ocorreu em data posterior à publicação do Aviso de Licitação da TP 010/2015. Dessa forma em determinado momento após o início do certame, o mesmo figurou como sócio de uma das empresas e como representante de outra, ambas participantes da mesma licitação.

Assim, parece bastante razoável presumir que o Sr. Wellington Furtado Barros possuía informações privilegiadas das propostas das duas licitantes, o que, no mínimo, torna suspeita a licitação, afrontado ainda os Princípios da moralidade, igualdade e isonomia das licitações, esculpidos no



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

art.37, XXI da CF/88 e art.3º, caput da Lei nº 8.666/93, o que justifica por si só a desclassificação da empresa **NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**.

Diante do exposto, acolho na íntegra Parecer nº 1111/2015 (fls.998/1002) para determinar a desclassificação das empresas **COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LTDA e NEWSAN SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, pelas razões acima aduzidas.

À Comissão Permanente de Licitação para as providências subsequentes.

Manaus/AM, 05 de novembro de 2015.

Desembargadora **MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO**

Presidente do TJ/AM